

## O ORÇAMENTO DO ESTADO E A CULTURA

# não é melhor porque o PS não quis!

Foi aprovado, no dia 27 de Novembro, o Orçamento do Estado (OE) para 2018.

O PCP votou favoravelmente. Fê-lo porque este OE consolida e não recua em nenhum dos avanços e reposições conseguidos nos últimos dois anos. Fê-lo porque foi possível incorporar propostas do PCP que melhoram significativamente a vida de milhões de trabalhadores. Assim, podemos dizer, com rigor, que tudo o que de bom há neste OE tem a marca da iniciativa, ou do apoio, do PCP.

**APROVADO**

[#marcaspcp](#)

- Redução do IRS dos rendimentos mais baixos, com a criação de dois novos escalões e que se traduzirá num desagravamento do 2º e 3º escalões abrangendo 2 milhões e 800 mil pessoas, com redução efectiva de imposto, em 2018, que pode ascender, respectivamente, a 198,50 euros e 293,80 euros por pessoa. Uma redução que não se limita a estes escalões uma vez que outros beneficiam dos efeitos da eliminação da sobretaxa.
- Aumento das reformas e novo aumento extraordinário, que abrangerá mais de 1 milhão e 600 mil reformados (em que um milhão terá assegurado um aumento de 10 euros e mais de seiscentos mil um aumento de 6 euros no valor mensal das suas pensões a partir de Agosto de 2018) constituindo pelo segundo ano consecutivo, e sempre por proposta do PCP, uma recuperação do poder de compra perdido.
- Actualização do mínimo de existência - Isenção ou redução do IRS nos salários e reformas mais baixos
- Gratuidade dos manuais escolares para o 2º ciclo do Ensino Básico; por iniciativa e proposta do PCP foi já neste ano lectivo para todo o 1º ciclo. O PCP propôs também que fosse gratuito já no próximo ano lectivo para o 3º ciclo mas esta proposta foi chumbada.
- Fim do corte de 10% ao subsídio de desemprego e apoio aos desempregados de longa duração
- Reposição de direitos na Administração Pública, com o pagamento integral das horas extraordinárias e do trabalho nocturno, a reposição do pagamento por inteiro do subsídiode Natal e o direito à progressão nas carreiras.
- Aumento do imposto sobre os lucros das empresas com mais de 35 milhões de euros de lucros.

### **POR PROPOSTA E INSISTÊNCIA DO PCP O OE CONSAGRA, NA ÁREA DA CULTURA**

- a redução do IVA sobre a aquisição de instrumentos musicais de 23 para 13%. Esta descida apoia e beneficia todos os trabalhadores da área da música, todos os músicos, mas pode também potenciar um acesso mais alargado à criação artística.
- o diagnóstico, monitorização e avaliação das necessidades de intervenção, de salvaguarda e de investimento do património edificado público classificado ou em vias de classificação a nível nacional, de forma a que seja elaborado um Programa Nacional de Emergência do Património Cultural para a sua conservação e preservação. Note-se que esta proposta foi aprovada com o voto contra do PS!
- A intervenção na recuperação da Fortaleza de Peniche e a instalação de um museu nacional dedicado à luta pela liberdade e pela democracia.

Contudo, o PS, com o apoio do PSD e/ou do CDS, chumbou as seguintes propostas do PCP, na área da Cultura que, a serem aprovadas, dariam um importante contributo para a sua democratização, o alargamento do seu acesso, na criação e na fruição, mais direitos para os trabalhadores, um país mais desenvolvido e soberano:

## CHUMBADO

- Em 2018, apresentação de uma proposta de Plano Nacional de Desenvolvimento para as Artes e a Cultura, com o objetivo de planificar a intervenção do Estado no sector da Cultura e de, progressivamente, incrementar a afetação de recursos públicos até atingir o patamar mínimo de 1% da despesa pública, prevista em OE, para a política cultural.
- Reforço das verbas para a Direcção-Geral das Artes em 7.388.156 de euros, a somar aos 17.611.844 euros já inscritos, perfazendo, já no OE de 2018, um montante total de 25 milhões de euros, correspondendo ao valor actualizado da verba existente para apoio às estruturas de criação artística antes dos cortes impostos pelos PEC e pelo pacto da troica.
- No âmbito da DGArtes a criação de um apoio adicional para a aquisição de material técnico e renovação ou manutenção de espaços de trabalho.
- A criação de um programa de apoio para actualização dos fundos documentais e para a renovação das colecções das bibliotecas.
- A recuperação do Programa de Itinerâncias Culturais, com vista à difusão do livro e de promoção da leitura em vários contextos.
- reposição da gratuitidade da entrada em todos os museus, palácios e monumentos sob tutela da Administração Central, alargando a proposta do PCP, feita e aprovada no ano passado, que abrangeu apenas os que estão sob a tutela do Ministério da Cultura.

Alega o PS que o dinheiro não chega para tudo. É verdade. Enquanto se pagar 7 mil milhões de euros de juros da dívida por ano – cerca do dobro do que se gasta em investimento público; 1691 milhões de euros em Parcerias Público Privadas; 700 milhões em SWAPS; 500 milhões de euros em benefícios fiscais no IRC, em grande parte dirigidos aos grandes grupos económicos nacionais e estrangeiros; se mantiver a obsessão pelo défice, onde cada décima de redução significa menos 200 milhões de euros de investimento e recuperação de direitos e rendimentos, o dinheiro não chega para tudo. Enquanto se mantiverem estas “clientelas”, como chamam PSD e CDS aos trabalhadores e sectores que agora recuperam alguns direitos e rendimentos, enquanto estes subsidiodependentes continuarem a sugar o Estado, o dinheiro não chegará para tudo.

Por tudo isto dizemos que este é um Orçamento do PS e da sua responsabilidade. Mas que, por o PS não ter maioria absoluta e pelo trabalho, conhecimento e iniciativa política do PCP, este não é o Orçamento que o PS queria, não é o Orçamento que o PS faria se tivesse maioria absoluta na AR.

Tudo o que tem sido possível recuperar resulta de anos de luta e trabalho. Tudo o que ainda precisamos de recuperar e de avançar não tem outra receita: também na Cultura, com a organização e luta, com a reflexão e proposta, é necessário, e possível, uma ruptura com esta política. Para que a Cultura seja, conforme aponta o PCP no seu Programa, factor de desenvolvimento e emancipação individual e social, factor de afirmação e identidade nacional, factor de diálogo com todas as outras culturas.

Sector Intelectual da OR Lisboa do PCP

s.intelectual@dorl.pcp.pt • <http://www.pcp.pt/oe2018>

